

O Brasil e a economia-mundo: o caso da carne bovina*

André Koutchin de Almeida**

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMS
e Mestre em Agronegócios pelo consórcio
UFMS/UnB/UFG

Ido Luiz Michels***

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSC e
Doutor em Geografia Humana pela USP

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral demonstrar que a crescente demanda por segurança alimentar, intensificada pelos recentes surtos sanitários no mercado internacional, alteraram a configuração da bovinocultura de corte mundial, com destaque para a produção e a exportação brasileira de carne bovina — antes restringida à esfera local. Para tanto, busca-se explorar e descrever o tema, tendo como referencial teórico fundamental o constituído pelas abordagens do moderno sistema mundial. Fundamenta-se que tais exigências não se tratam de procedimentos de restrição comercial; ao contrário, encontram-se no cerne de um processo histórico e sistêmico que visa preparar o mercado brasileiro para o fornecimento de carne bovina ao centro da economia-mundo capitalista.

Palavras-chave

Economia-mundo; segurança alimentar; carne bovina.

* Este artigo é o resultado da dissertação de mestrado **Mato Grosso do Sul e a Economia-Mundo: O Caso da Rastreabilidade Bovina**, financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

Artigo recebido em dez. 2009 e aceito para publicação em nov. 2011.

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: akoutchin@hotmail.com

*** E-mail: idomichels@uol.com.br

Abstract

The general purpose of the present article is to demonstrate that the growing demand for food safety by the consumers abroad, intensified by the constants animal borne outbreaks at the international market, changed the configuration of the brazilian beef chain—previously restricted to the local sphere. For such, it was intended to explore and describe the subject, having as reference the modern world-system approach. Based on this theory is possible to conclude that these requirements are not a mechanism of commercial restriction; on the contrary, they finds themselves in the core of a historic and systemic process to prepare the internal market for supplying bovine meat to the center of the world's capitalist economy.

Key words

World-economy; food safety; bovine meat.

Classificação JEL: F14, P16, Q18.

1 Introdução

Historicamente, o desenvolvimento da bovinocultura conformou-se a partir de regiões, dada a importância do gado como forma de deslocamento e, também, pela alimentação e vestuário que seu abate fornece. Por séculos, os animais deslocaram-se sem maior controle e restrições, o que permitiu que a atividade se estendesse por amplas áreas do mundo, ocupando e formando espaços.

No Brasil, a bovinocultura, especialmente a de corte, fez-se presente desde os primórdios da colonização, estabelecendo marcas no processo de ocupação e desenvolvimento do País. Nesse processo, desenvolveram-se aspectos socioeconômicos e culturais distintos, ligados, sobretudo, às necessidades de abastecimento dos principais centros urbanos em formação.

A carne, principal produto da bovinocultura de corte brasileira, esteve, dessa forma, voltada, preponderantemente, ao mercado interno, alcançando a esfera mundial apenas em poucas exceções ou momentos de crise internacional. A partir dos anos 90 do século passado, entretanto, as

tendências indicaram uma ampliação da demanda externa pela carne bovina brasileira¹.

Paralelamente à intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, os temas de ordem sanitária tornaram-se variáveis determinantes para a reconfiguração da bovinocultura de corte nacional e para que o mercado internacional se constituísse, de fato, em um objetivo sistemático.

Mais recentemente, surtos de zoonoses em rebanhos bovinos ocorridos em diferentes partes do mundo intensificaram as exigências para toda a cadeia produtiva da carne bovina (produção, processamento e distribuição) e impuseram a criação de novos mecanismos reguladores de parâmetros inseridos no conceito da segurança alimentar, dentre os quais a rastreabilidade bovina.

O objetivo geral deste artigo é demonstrar que a crescente demanda por alimentos seguros, na qual se insere a questão sanitária, alterou o cenário da bovinocultura de corte mundial. Nesse contexto, o Brasil tornou-se destaque na produção e exportação de carne bovina, antes restringida ao mercado local, e se integrou mais efetivamente ao mercado internacional. Para tanto, foram estruturadas cinco seções, incluindo esta introdução.

Na seção 2, apresenta-se o referencial teórico que norteou as análises procedentes. Nesses termos, utilizam-se os elementos gerais da abordagem do moderno sistema mundial, de acordo com as principais contribuições de Wallerstein (1989) e Braudel (1995). A seção 3 abrange os elementos primordiais do desenvolvimento histórico da bovinocultura de corte brasileira, a partir da mencionada teoria. A seção 4 caracteriza as principais transformações recentes do mercado mundial da carne bovina, com base em indicadores originários da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC). Por fim, a seção 5 encerra o artigo com uma breve sumarização das seções anteriores e aponta as principais conclusões obtidas.

¹ De acordo com Jank (2003), a abertura da economia, a desregulamentação dos mercados, o colapso das formas tradicionais de intervenção do Estado e a constituição de blocos econômicos foram algumas das principais mudanças que incrementaram o intercâmbio mundial de mercadorias agrícolas e agropecuárias.

2 Abordagem do sistema-mundo

Inicialmente, os conceitos de sistema-mundo e economia-mundo² capitalista surgem no cerne de uma abordagem sobre a história do capitalismo, que emergiu em meados dos anos de 70, com a publicação do artigo seminal **The rise and future demise of the world capitalism system: concepts for comparative analysis** e do volume **The modern world system I: capitalism, agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century**, ambos de autoria de Immanuel Wallerstein (*apud* Arienti; Filomeno, 2007).

O objetivo era definir um sistema social que superasse a dicotomia fatores internos e fatores externos na explicação de sua dinâmica. Através de uma análise sistêmica, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro.

Para Wallerstein (1989), o foco é a formação histórica do sistema capitalista, a partir da expansão da economia europeia no século XVI, com a integração de novos territórios como partes do sistema mundial. Nesse ponto, importa lembrar que o Brasil, desde o seu descobrimento, já estava inserido nesse sistema, definindo sua ocupação e desenvolvimento de acordo com as demandas e os interesses da coroa portuguesa, que, por sua vez, possuía preocupações comerciais voltadas ao mercado europeu.

Os sistemas sociais são sistemas históricos complexos, que consistem em múltiplas estruturas: cada um deles representa uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, que, de um lado, têm dinâmica própria e potencial de diferenciação e, de outro, relações entre processos e estruturas que os mantêm unidos. O caráter orgânico que permite unidade a esses processos e estruturas é a divisão do trabalho, que, no capitalismo, ultrapassa barreiras locais dadas pelas estruturas culturais e barreiras nacionais dadas pelas estruturas políticas.

Um sistema-mundo é definido como uma unidade espaço-temporal, cuja dinâmica é movida por forças internas e cuja expansão absorve áreas externas, integrando-as ao mecanismo em expansão. Sua abrangência é determinada por sua base econômica e engloba uma ou mais entidades políticas, comportando diversos sistemas culturais (Arienti; Filomeno, 2007).

A relevância da definição do sistema-mundo como unidade de análise está em sua referência para interpretar o capitalismo histórico como um

² “As expressões sistema-mundo e economia-mundo foram traduzidas literalmente de seus correspondentes em inglês *world-system* e *world-economy* (dois substantivos em vez do adjetivo seguindo o substantivo como em economia mundial, por exemplo). O autor dessas terminologias, Immanuel Wallerstein, pretende, com isso, diferenciar suas reflexões de paradigmas mais recentes que utilizam os termos sistema mundial e economia mundial” (Brussi, 2000, p. 100).

sistema surgido na Europa, a partir do século XVI, que expandiu sua organização social do trabalho para as demais regiões geográficas e as integrou em sua economia.

Novamente para o caso brasileiro, a adequação dessa unidade de análise é demonstrada nas palavras de Prado Jr. (1981, p. 22-23): “Se vamos à essência de nossa formação, veremos que nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão e em seguida café para o mercado europeu”.

Portanto, o desenvolvimento do Brasil deu-se, histórica e simultaneamente, através de determinantes exógenos e endógenos.

Nesse ponto, apresenta-se, de forma mais clara, a crítica de Wallerstein (1989) às abordagens que utilizam o Estado nacional (ou a economia nacional) como unidade de análise. Para o autor, na história de expansão do capitalismo, os interesses de acumulação organizaram uma divisão mundial do trabalho, superando uma divisão local do trabalho típica das economias de trocas não sistemáticas.

O comércio comandado pelo interesse do capital não deve ser visto, assim, como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas, que, soberanamente, decidem ter mais ou menos comércio com outras economias nacionais, mas como comércio internacional que organiza uma divisão mundial do trabalho — ou especialização da produção em escala global — de acordo com os interesses capitalistas de lucro e acumulação incessante de capital e que, com essa força, integra regiões com política e cultura diferentes.

Dessa forma, como se verá adiante, o processo de globalização³, aliado à crescente demanda por alimentos seguros e às exigências sanitárias, alterou a configuração regional da bovinocultura de corte mundial. É nesse contexto que o Brasil se torna destaque na produção e exportação de carne bovina, antes restringida ao mercado local, e se integra mais efetivamente à economia-mundo.

Uma economia-mundo, segundo Wallerstein (1989), é uma subdivisão do sistema-mundo constituída por uma especialização produtiva integrada através do mercado. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões, cultural e politicamente distintas, são interdependentes economicamente. Assim sendo, pode-se destacar que, desde o século XV, é possível falar de

³ De acordo com Dupas (1999), o que se convencionou chamar de globalização é, na verdade, uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, a partir da década de 90. Algumas das características distintivas desse processo seriam a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do comércio internacional — viabilizado, em boa medida, pela queda generalizada de barreiras protecionistas. Outro traço marcante seria a crescente presença de empresas transnacionais, bastante diferentes das corporações multinacionais típicas dos anos 60 e 70, constituindo um fenômeno relativamente novo.

uma economia-mundo capitalista, dentro da qual, a maioria dos países estabelecia relações econômicas e sociais distintas entre si.

Esses são os conceitos para Wallerstein (1989) fazer sua análise histórica da mudança social no capitalismo. O moderno sistema-mundo é, por definição do autor, uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados nacionais, que, juntos, compõe o sistema interestatal.

Ou seja, paralelamente à formação da economia-mundo capitalista, havia também a manutenção e o acirramento dos Estados nacionais, não mais movidos apenas pelas conquistas territoriais, como esperado na expansão de impérios, mas para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais ampla, garantir condições de monopólio para os seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos.

O que se costuma chamar de mercantilismo foi, desse modo, o resultado da ação de capitalistas locais, que usaram estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância e, conseqüentemente, formar uma divisão do trabalho entre várias regiões da economia-mundo capitalista em expansão. Isso envolvia integrar novas regiões produtoras e consumidoras às operações mercantis por eles lideradas, de modo a absorver grande parte do excedente gerado.

Como visto anteriormente, o caráter que dá unicidade à economia-mundo é a divisão mundial do trabalho. A extensão da análise aplica-se à abordagem do moderno sistema mundial capitalista, na medida em que esta desloca a preocupação da divisão do produto para a distribuição desigual entre as regiões que participam da produção mundial. Há, assim, na produção e distribuição do excedente do sistema-mundo, desigualdades sociais e regionais que se entrecruzam.

A questão da concentração espacial do capital em algumas regiões, conceituadas como centrais, em detrimento de outras, chamadas de periféricas, elucida as implicações do desenvolvimento da economia-mundo e da inserção sistêmica dos países, uma vez que ao lado de avanços materiais, observam-se, também, problemas, tais como a exclusão e o empobrecimento sociais.

A relação centro-periferia baseia-se em uma divisão axial do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista, onde são desenvolvidas etapas de cadeias mercantis. Essa divisão do trabalho é manipulada pelos Estados nacionais mais fortes, de modo a garantir a seus capitalistas locais o controle sobre etapas do processo produtivo e comercial que proporcionam a maior absorção do excedente gerado em uma cadeia mercantil. Essa assimetria não é determinada apenas pela distribuição desigual de vantagens econômicas, mas, principalmente, pela relação de forças que se confrontam.

Como observa Michels (2000), em setores do agronegócio onde se alcançou uma maior integração da cadeia, tal fato ocorreu devido ao

domínio de um dos agentes a partir de seu maior poder de mercado em relação aos demais. O que se observou, portanto, foi o poder de mercado dos agentes hegemônicos nas respectivas etapas das cadeias, ou mesmo em toda ela, e não um pacto entre os diversos agentes objetivando uma maior competitividade no conjunto dessa cadeia produtiva.

Para Arienti e Filomeno (2007), as cadeias mercantis geralmente estão relacionadas ao comércio de longa distância, que engloba várias regiões e perpassa fronteiras de territórios dos Estados nacionais. São cadeias produtivas e mercantis que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de suas matérias-primas — em geral, feitas nas regiões periféricas — até sua transformação em produtos de alto valor agregado, normalmente realizada no centro.

O valor de uma dada mercadoria é gerado pelo trabalho realizado nos diversos elos da cadeia, como em qualquer teoria do valor trabalho. A novidade da análise está em considerar que a distribuição do valor não é feita de forma equitativa com o valor gerado em cada etapa. A resposta é que alguns capitalistas que controlam determinada etapa do processo produtivo e comercial absorvem o valor gerado em outros segmentos.

Em geral, os países atrás de maior poder, interna e externamente, buscaram garantir, para as classes e setores dominantes locais, o controle sobre as etapas mais rentáveis das cadeias de mercadorias. No caso específico da cadeia produtiva da carne bovina, a etapa de distribuição, exercida em especial pelas grandes redes varejistas do centro da economia-mundo capitalista, passou, gradativamente, a dominar todo o setor, determinando preços e apropriando-se da renda dos demais elos.

No Brasil, a hegemonia das grandes redes não por acaso coincidiu com a inserção efetiva do País no mercado mundial da carne bovina, a partir dos anos 90. De fato, os grupos varejistas passaram a opinar na produção, a interferir no processamento industrial e a definir normas e procedimentos relacionados à segurança alimentar e à questão sanitária.

De um ponto de vista sistêmico, a relação centro-periferia não deve ser entendida apenas como um conceito geográfico. Essa relação expressa um processo contínuo de atividades em elos da cadeia de mercadorias, que, conforme os mecanismos econômicos e políticos disponíveis, são capazes de absorver (ou de transferir) valor das (ou para) atividades dos demais elos.

Regiões que participam das cadeias mundiais de mercadorias podem ter, simultânea e paralelamente, atividades centrais e periféricas, ou atividades que absorvem valor das atividades periféricas, de um lado, e transferem valor para atividades centrais, de outro. Amplia-se, assim, a taxonomia que se pode fazer das zonas geográficas da produção mundial, que podem ser classificadas, além de centrais e periféricas, como zonas semiperiféricas.

Os países dessa terceira categoria cumprem um papel vital na estruturação da economia-mundo, já que a existência dessa categoria significa precisamente que o estrato superior não enfrenta a oposição unificada de todos os outros, porque o estrato intermediário é tanto explorado como explorador. (Becker; Egler, 1994, p. 28)⁴.

A abordagem do moderno sistema mundial incorpora também o método de longa duração proposto por Braudel (1995), como referência para análises que possam hipóteses inovadoras de interpretação histórica e, sobretudo, pretensões globalizantes no sentido de articular determinações de várias estruturas na explicação histórica do sistema.

Cada estrutura tem o seu próprio tempo, e, considerando-se que o sistema é complexo, deve-se respeitar as continuidades de algumas estruturas em meio a mudanças de outras. Wallerstein (1989), de forma não revelada, e Arrighi (1996), de forma explícita e elogiosa, utilizam o método de longa duração em suas interpretações da mudança social no capitalismo histórico.

A outra contribuição de Braudel (1995) à abordagem do moderno sistema mundial foi incluir o conceito de economia-mundo em suas análises. Sua colaboração conceitual está na forma de sintetizar o caráter heterogêneo do capitalismo histórico, ao propor analisar as diferenças regionais a partir de um esquema tripartido. Desta maneira, o autor divide a vida econômica no capitalismo em três conjuntos de atividades, ou três andares.

A camada inferior dessa estrutura tripartida é denominada de vida material e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais, inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. O andar subsequente é chamado de economia de mercado e diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras (e não apenas às trocas esporádicas), à produção para o mercado (e não simplesmente à troca de excedente do autoconsumo) e à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca. Braudel (1995) distingue dois níveis da economia de mercado: um inferior, composto por mercados, lojas e vendedores ambulantes; e um superior, formado por feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade são maiores (Arienti; Filomeno, 2007).

Entretanto, há processos no sistema capitalista que não cabem incluir na economia de mercado, pois se baseiam numa forma específica de conduzir os jogos da troca. Esses processos e essa forma de conduzi-los dizem respeito à camada superior da estrutura tripartida, chamada,

⁴ Por exemplo, a ideia de que, em uma cadeia mercantil, as partes mais rentáveis do processo produtivo e comercial se concentram nas mãos de uma elite estrangeira, vinculada ao centro, coloca o capitalista da periferia numa situação de dualidade e o trabalhador em uma situação de superexploração.

especificamente, de capitalismo. Constitui uma esfera de circulação diferenciada, que fica no topo da hierarquia das trocas — onde se encontram as trocas desiguais — em que a concorrência, característica essencial da economia de mercado, tem reduzido lugar.⁵

Nessa análise do capitalismo histórico, o interesse é explicar as diferentes estruturas que o modo de produção capitalista produz ao longo de sua formação, consolidação e desenvolvimento diferenciado nas várias regiões. As relações entre as estruturas da vida material, da economia de mercado e do capitalismo permitem, portanto, conceituar as diferenças espaciais e históricas do capitalismo como sistema de produção.

Na explicação do desenvolvimento desigual do sistema capitalista, Braudel (1995) considera que seria um erro imaginar uma evolução por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial e capitalismo financeiro. O autor identifica o capital pela sua dinâmica de acumulação, pela sua flexibilidade, por suas várias especializações e pelas múltiplas formas de se acumular e expandir em determinados períodos no tempo.

[...] O leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdã no século XVII, em Londres já antes do século XVIII [...]. Mas não ficará estacionado aí [...]. Por outro lado, a despeito de tudo o que se tem dito do capitalismo liberal e concorrencial dos séculos XIX e XX, o monopólio não perdeu seus direitos. Simplesmente, assumiu outras formas, toda uma série de outras formas, desde os trusts e as holdings até as famosas multinacionais que, durante os anos 60, triplicaram o número de suas filiais no estrangeiro. (Braudel, 1995, p. 577).

A aliança entre capital e Estado permitiu que o monopólio e os lucros extraordinários não fossem uma condição esporádica ou temporária, como inúmeras vezes ocorre na esfera das economias de mercado. A esfera superior do capitalismo, com a aliança capital e Estado, consolidada na Europa desde o século XVI, transformou-se no “monstruoso modelador da história mundial” (Braudel, 1984 *apud* Arrighi, 1996, p. 11).

Braudel (1995) escreveu parte de sua obra sob influência da proposição de Wallerstein (1989) para a economia-mundo. Contudo, sua contribuição à abordagem do sistema-mundo está em analisar a expansão do sistema capitalista tanto em um movimento de expansão horizontal de

⁵ Arrighi (1996) aceita a concepção braudeliana de uma economia mundial estruturada em três camadas — o da produção material (vida material), o da circulação ou do mercado (economia de mercado) e o das altas finanças (o “antimercado” ou capitalismo) — e centra suas análises primordialmente na última esfera, onde os lucros se fazem em larga escala e onde o capital é, sistemática e persistentemente, dotado da capacidade de se deslocar e de se multiplicar.

conquista de novos territórios e mercados e de colocá-los sob domínio da camada capitalista, quanto em um movimento de integração vertical, ao dominar os demais andares da vida econômica, mas com diferenças na articulação entre eles, o que permite diferenças regionais e o caráter heterogêneo do capitalismo histórico.

3 O Brasil e a economia-mundo capitalista

No Brasil, a economia-mundo também possui estudiosos, que a adotaram como referencial para explicar a realidade brasileira e a participação do País em processos mundiais. Becker e Egler (1994) organizam e descrevem o surgimento e a evolução do País, através do exame do processo de inserção nacional no sistema capitalista mundial, o que simultaneamente corresponde a sua individualização enquanto região.

Os autores observam que o processo de inserção do Brasil na economia-mundo capitalista, desde suas origens como colônia portuguesa até sua condição atual de potência regional, trata-se de um fenômeno que manifesta duplo movimento: de um lado, os efeitos da dinâmica do sistema capitalista mundial sobre sua formação socioespacial e, de outro, os componentes locais que influem nessa formação e no desenho das suas regiões. Adicionalmente, é elucidado o papel do setor semiperiférico, onde os fatores políticos são decisivos na estabilidade e na trajetória da estruturação triádica da economia-mundo.

Nesse ponto, cabe ressaltar a importância que os Estados-nacionais assumem em zonas semiperiféricas, atuando, de forma intensa, através de fundos públicos. Tal ação é visível em uma economia como a brasileira, na medida em que o Estado esteve presente tanto como motor do crescimento econômico, quanto na atividade produtiva. Para exercer esse papel financiador, Estados precisam se tornar devedores e passam a exercer uma atividade que, historicamente, foi dos bancos. Portanto, a semiperiferia torna-se a “[...] síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o lócus da profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história, do qual o Brasil é um magnífico exemplo” (Becker; Egler, 1994, p. 29).

Com relação à dinâmica de inserção brasileira na economia-mundo, os autores analisam que a mesma ocorreu, dentre outras maneiras, a partir da ocupação crescente dos espaços vazios. Nesse caso, a Região Centro-Oeste do País esteve diretamente associada a esse processo, inicialmente como fornecedora de alimentos para os centros urbanos em formação, que mantinham relações mais intensas com o centro da economia-mundo capitalista.

Nessa fase, a expansão da fronteira agrícola pareceu estar vinculada à necessidade de aumentar a produção com baixo coeficiente de capitalização, de modo a não perturbar a acumulação urbano-industrial. O aumento da produção foi, então, conseguido pela expansão horizontal da ocupação do território, sob a forma de acumulação primitiva estrutural em que se expropria o excedente criado, pela posse transitória da terra por trabalhadores rurais ou pequenos produtores, e o transfere para o centro dinâmico.

Portanto, a incorporação de espaços vazios ao domínio da nação foi parte essencial do projeto geopolítico de modernização e de ascensão brasileira à potência regional, e revela um novo significado do território na mediação entre Estado e sociedade. A disponibilidade de terras favoreceu os pactos entre as oligarquias, permitindo que novos latifúndios fossem criados sem ameaçar o território dos antigos, incorporando novas áreas ao domínio agromercantil. O processo de ocupação da Região Centro-Oeste do Brasil manteve a lógica acima descrita, embora apresente algumas particularidades.

Ao abordar especificamente o processo de incorporação do Brasil central, Brussi (2000) discute a evolução e a transformação da forma de interação que a Região Centro-Oeste desenvolveu com o ambiente econômico brasileiro. O autor demonstra que a integração dessa região à economia-mundo capitalista ocorreu a partir de saltos e através da expansão da produção agrícola.

A partir da teoria do sistema-mundo, é definido, primeiramente, o conceito de incorporação como sendo o processo de expansão física do capitalismo — a partir de seu núcleo europeu e desde seu impreciso início no final do período medieval — e parte do quadro geral das tendências seculares sistêmicas. Entretanto, é ressaltado que o conceito não deve ser utilizado para qualquer expansão ou realocação de capital, uma vez que a economia-mundo está, contínua e ciclicamente, experimentando esses tipos de mudança.

O processo de incorporação não significa, portanto, trazer algumas áreas à ambiência da economia capitalista. Ele traz importantes transformações na estrutura econômica da região em incorporação, tais como novos processos de produção, novas relações de trabalho, novos produtos e novos mercados [...]. A presença do Estado torna-se indispensável especialmente porque a incorporação acontece como parte da busca por condições de produção mais favoráveis para compensar as pressões que obstruíam ou poderiam obstruir o movimento tendencial sem fim de acumulação de capital no Estado após incorporador. (Wallerstein *apud* Brussi, 2000, p. 82).

Para Brussi (2000), depois de um longo período de subsistência e isolamento que se seguiu à exaustão dos depósitos auríferos do Centro-

-Oeste do Brasil, a Região começou novamente a ser atada, sistemicamente, ao ininterrupto processo de produção de mercadorias, através de algumas atividades extrativas como o látex e o mate, mais notadamente no final do século XIX.

Ainda conforme o autor, a incorporação da Região Centro-Oeste não seguiu uma trajetória linear, sendo possível identificar, nos dados da produção agrícola da Região, três momentos distintos: a crise de 1913 e a Primeira Grande Guerra; a crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial; e a crise dos anos 60 e a dificuldade nas contas externas do País, a partir do início dos anos 70. Em todos esses momentos, os laços com a economia-mundo foram estreitados por meio da expansão agrícola.

Esses três períodos particulares da história brasileira tornam-se similares na medida em que produziram sérias dificuldades econômicas para o País, ainda que também tenham produzido a necessidade e a oportunidade para expandir as exportações para superá-las. A expansão da produção agropecuária foi, assim, uma reação do País às dificuldades externas, ao mesmo tempo em que a adição de novas oportunidades de investimento aparentemente permitia aumentar as opções econômicas para enfrentar aquelas dificuldades.

Entretanto, do mesmo modo que a incorporação ocorria em surtos, cada um desses movimentos apresentou interessantes singularidades. As duas primeiras ondas incorporadoras foram dirigidas para a produção de alimentos básicos, como, por exemplo, o arroz do Estado de Goiás. Foram avanços considerados mais espontâneos, porque não se notou a presença do Estado suportando o crescimento, além das garantias financeiras para expansão dos trilhos.

Em Mato Grosso, de acordo com Borges (2001), as principais exportações nesses primeiros momentos poderiam ser agrupadas em duas grandes classes: a dos produtos extrativos (ipecacuanha, borracha e erva-mate) e a de produtos da pecuária ou de derivados dela (gado em pé, couros, charque, caldo e extrato de carne). Para o autor, é significativo o fato de que nenhum produto propriamente agrícola tivesse sido importante na pauta de exportações; tratava-se, em última análise, de explorar as vantagens absolutas de Mato Grosso por meio da extração de produtos nativos ou da utilização das vastas pastagens naturais.

No caso específico da pecuária, elemento destacado da economia mato-grossense a partir do século XX, verificou-se um aumento expressivo da produção durante os anos compreendidos pela Primeira Guerra. Esse salto produtivo foi motivado pelo aumento da procura externa por charque, devido à falta de carne na Europa. A partir daí, com o desenvolvimento das

indústrias frigoríficas em São Paulo, e, nos países platinos na forma de monopólio, as charqueadas foram perdendo sua importância.⁶

Especificamente, a diferença a ser apontada nesses dois primeiros movimentos incorporadores do Centro-Oeste refere-se à intensidade em que ocorreram. Enquanto o primeiro apresentou uma expansão mais curta e limitada, o segundo mostrou um ímpeto mais longo. Foi durante esse momento, por exemplo, que Goiás tornou-se importante produtor de arroz para o País.

O terceiro surto incorporador, no entanto, apresentou uma característica completamente diferente. Foi intencionalmente organizado para produzir produtos exportáveis em unidades produtivas muito grandes. Os processos de aquisição de terras e a produção agrícola foram financiados e promovidos pelo Estado, com especial privilegiamento às grandes propriedades. O corolário dessa intervenção particular foi uma mudança radical nas relações de produção, com o aparecimento dos trabalhadores assalariados, permanentes e/ou temporários.

O pacote de incentivos diretos e indiretos, simultâneos ou sucessivos, fornecidos pelo Estado para tornar possível a rápida transformação da Região Centro-Oeste em uma área de especial significância agrícola para a economia brasileira foi eficaz. Entre 1970 e 1985, a Região foi transformada na mais promissora do País em termos agrícolas, tornando-se uma das zonas de produção de soja mais importantes do mundo (Brussi, 2000).

A Região foi se tornando cada vez mais comprometida com a produção de bens exportáveis, similarmente àquelas de incorporação mais antiga. A Região Centro-Oeste começou a seguir o padrão tradicional de incorporação regional que o País tem experimentado desde há muito tempo, na medida em que essa produção agrícola sempre foi direcionada para o mercado internacional, quer a partir da substituição da produção de alimentos para consumo doméstico, quer por produção dirigida exclusivamente para o mercado mundial.

Nesse sentido, ao longo do tempo, o setor pecuário brasileiro, como resposta a pressões sistêmicas, também tem experimentado alterações qualitativas em seu modo de interação com a economia-mundo capitalista, construindo laços de mercadorias em funcionamento com o mercado mundial e começando a organizar um novo padrão de produção para exportação, garantido pelo aparato normativo estatal e sob o controle efetivo de grandes empreendimentos transnacionais.

A atividade no Brasil, que posiciona estrategicamente a Região Centro-Oeste em um rudimento de divisão regional do trabalho, até o final do século XIX ainda era considerada, a rigor, extrativa, quando o Estado de

⁶ Cabe aqui observar que a industrialização do charque era conhecida por ser a forma industrial da carne que resistia mais tempo à decomposição.

Mato Grosso funcionava, nas palavras de Bittar (1999), como um depósito de gado para o abate em São Paulo.

A despeito dos momentos de dificuldade externa, quando a carne brasileira alcançou, de forma mais significativa, o mercado mundial, o Brasil não havia estreitado seus laços de comércio internacional a partir da bovinocultura local, uma vez que esta esteve historicamente restrita ao mercado interno.

Nesse caso, os anos 90 marcaram um momento de inflexão para o conjunto da atividade no País. As questões de segurança alimentar emanadas dos principais mercados do centro da economia-mundo capitalista, representados pelas grandes redes varejistas transnacionais, pressionaram o setor pecuário, interferindo nas formas de produção e de processamento industrial, além de estipular exigências relacionadas à sanidade animal.

No Brasil, essa série de desencadeamentos provocou uma reestruturação produtiva baseada, principalmente, em aspectos econômicos e sanitários relativos ao trânsito de animais, produtos e subprodutos — fato singular na história da bovinocultura de corte brasileira, sempre caracterizada ao longo dos séculos pelo livre trânsito entre regiões. Essa forma de regionalização, aceita internacionalmente, foi decisiva para que o País se tornasse um dos maiores expoentes no mercado mundial da carne bovina (Michels, 2000).

4 Aspectos recentes do mercado mundial da carne bovina

Ao longo de todo o século XX, sucessivos problemas sanitários relacionados aos produtos alimentares despertaram nos consumidores do centro da economia-mundo uma progressiva consciência acerca das conseqüências que alguns perigos específicos vinculados à alimentação poderiam ter sobre a saúde animal e humana. O fenômeno da globalização, aliado à percepção de que surtos que afetam uma determinada região do globo podem rapidamente se propagar a todas as demais, acabaram por transformar o entendimento de segurança alimentar⁷.

Uma vez garantidas as condições de acessibilidade das populações ao abastecimento, a questão coloca-se, recentemente, sob um novo prisma,

⁷ Segundo Silva e Amaral (2004), o termo segurança alimentar surgiu no final da Primeira Guerra Mundial, como decorrência da preocupação de que um país poderia dominar outro, caso obtivesse o controle sobre o fornecimento de alimentos. Tratava-se, em sua origem, de uma questão de segurança nacional que apontava para a exigência de formação de estoques estratégicos de alimentos, em busca de auto-suficiência.

em uma escala de majoração qualitativa: o nível de segurança sanitária dos alimentos disponíveis para o consumo público. Em outras palavras, os objetivos da produção agroalimentar são orientados para os processos que permitam garantir elevados padrões de proteção e de promoção da saúde humana.

Tal enfoque foi acelerado desde meados dos anos 90, em decorrência dos graves surtos sanitários que se alastraram por toda a Europa. Mais recentemente, a condição foi reforçada por focos de febre aftosa, no Reino Unido, em 2001, e por outras ocorrências, tais como a peste suína — que atingiu principalmente a Bélgica, em 1998 — e a gripe aviária em 2003, originária dos países asiáticos, que começou a se proliferar nos Estados Unidos e no norte europeu, provocando as chamadas crises sanitárias no setor alimentício.

As crises sanitárias transformaram-se, desse modo, em uma das expressões mais utilizadas para explicar as perturbações que afetam, negativamente, os fluxos de comércio e o regular funcionamento do mercado mundial de alimentos. Especificamente para a cadeia da carne bovina, é importante destacar as crises de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), enfermidade também conhecida como mal da vaca louca⁸.

O temor da EEB repercutiu diretamente na produção e no consumo de carne bovina na União Europeia. Desde o anúncio do primeiro surto no Reino Unido, em 1996, o consumo europeu de carnes bovinas caiu, aproximadamente, 8%; no auge da produção, em 1991, o volume produzido regrediu cerca de 15%, até 2007. O Gráfico 1 demonstra os efeitos do mal da vaca louca sobre o mercado europeu, observáveis durante o período de ocorrência das maiores crises da doença, entre 1996 e 2001.

Tanto a produção como o consumo europeu de carne bovina, mais recentemente, encontram-se relativamente estabilizados na faixa de oito milhões de toneladas (em equivalente carcaça). Entretanto, é possível notar uma queda acentuada no volume produzido, a partir dos anos 90, acompanhada de um leve aumento na quantidade consumida, demonstrando que o Bloco — desde a ocorrência dos surtos sanitários — já não é mais autossuficiente no que diz respeito à carne bovina.

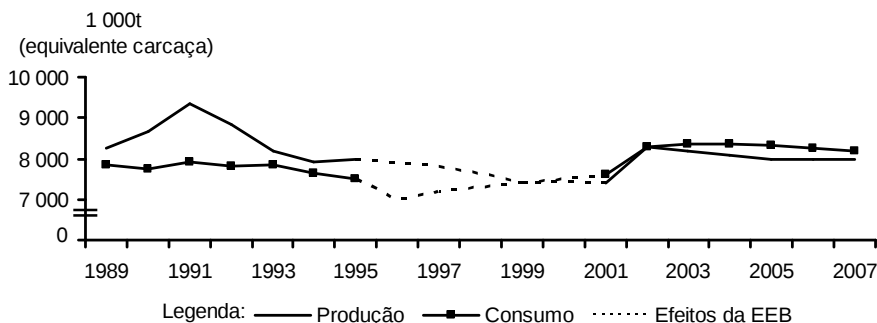
Dada a importância do tema segurança alimentar, as recentes crises de Encefalopatia Espongiforme Bovina na Europa, aliadas aos surtos de outras zoonoses ao redor do mundo, provocaram alterações no mercado mundial de carne bovina. Nesse contexto, os países que atenderam às

⁸ A EEB é uma doença pertencente ao grupo das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EET). Também denominadas doenças do *prion*, as EET são caracterizadas pela deposição de partículas infectantes na substância cerebral, provocando degenerações fatais do sistema nervoso e ocorrendo tanto no homem, como em animais (OMS, 1999).

exigências sanitárias internacionais conseguiram aumentar sua participação nesse mercado.

Gráfico 1

Produção e consumo de carne bovina na União Europeia — 1989-2007



FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2009

Ao longo dos anos 90, o mercado mundial de carne bovina apresentou evolução a uma taxa de 4,2% ao ano. Na primeira metade da década, verificou-se um crescimento médio de 7,4% a.a., e, na segunda metade, observou-se uma relativa estabilidade, com crescimento médio de apenas 0,4% a.a. A principal causa dessa diminuição, segundo Abreu, Herrera e Teixeira (2006), foi justamente a incidência do mal da vaca louca no rebanho bovino britânico, além de constantes surtos de febre aftosa no restante do mundo.

No período de 2001 a 2007, o comércio mundial de carne bovina evoluiu a taxas de 4,7% ao ano, enquanto o consumo mundial cresceu, no mesmo intervalo, 2,9% a.a. A sequência de gráficos a seguir demonstra a evolução do mercado mundial de carne bovina com relação a produção, consumo, importações e exportações.

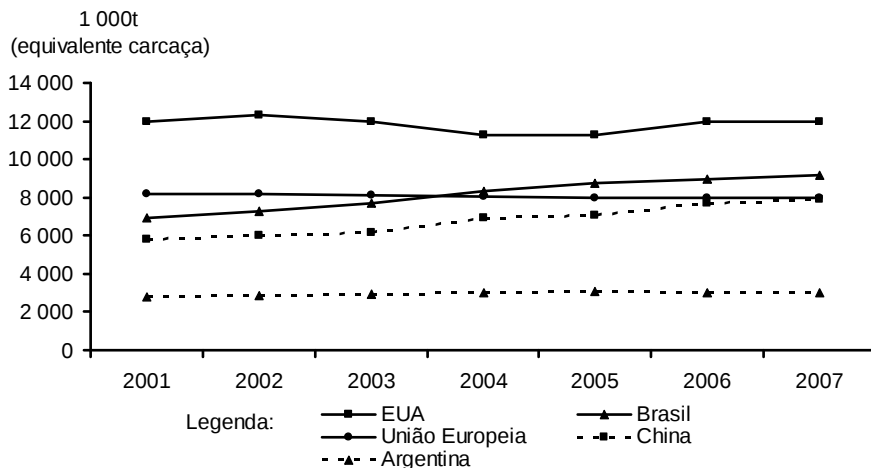
No Gráfico 2, os Estados Unidos aparecem como os maiores produtores, seguidos por Brasil, União Europeia, China e Argentina respectivamente. Observa-se que, nesse período, a produção brasileira de carne bovina superou a produção europeia, apresentando uma expansão de 6,9 milhões para 9,2 milhões de toneladas (em equivalente carcaça).

No que diz respeito ao consumo, novamente os Estados Unidos figuram como os primeiros, seguidos por União Europeia, China, Brasil e Argentina (Gráfico 3). É importante observar que a quantidade consumida, em âmbito mundial, mantém-se relativamente estagnada ao longo da década. Exceção feita à China e sua recente expansão econômica,

consequência da abertura desse mercado, que proporcionou um aumento na demanda interna do país.

Gráfico 2

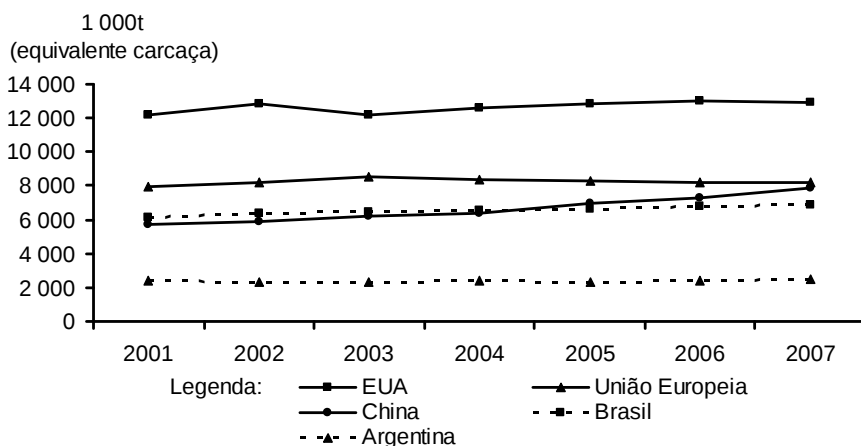
Produção mundial de carne bovina — 2001-07



FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

Gráfico 3

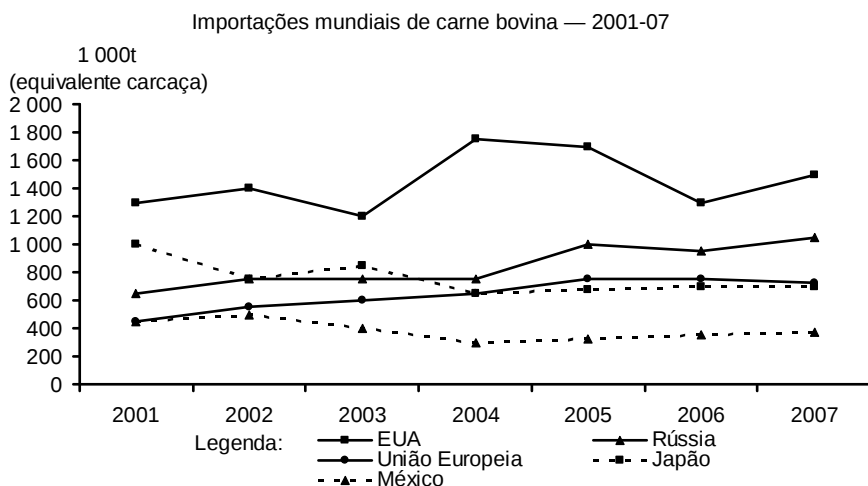
Consumo mundial de carne bovina — 2001-07



FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

Com relação às importações, no Gráfico 4, os Estados Unidos aparecem como os maiores compradores de carne bovina do mundo. Em seguida, visualiza-se a Rússia, acompanhada por União Europeia, Japão e México. A posição de destaque estadunidense confirma esse mercado como o mais representativo do mundo, em termos globais.

Gráfico 4



FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

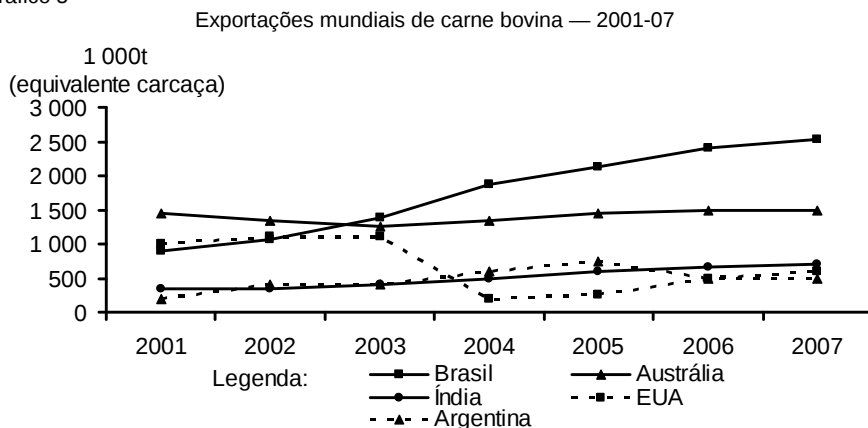
No âmbito das exportações, o Brasil ganha evidência particular. O recente aumento do volume exportado alçou-o à condição de maior vendedor de carne bovina no mundo. O País é seguido por Austrália, Índia, Estados Unidos e Argentina (Gráfico 5). O dado torna-se ainda mais relevante, na medida em que, conforme Michels, Sproesser e Mendonça (2001), até o final da década de 90, aproximadamente 95% da produção nacional era negociada apenas no mercado interno.

Diante desse cenário, o setor brasileiro tem mostrado um desempenho superior nas exportações, devido às condições de produção interna e ao aumento da demanda externa pela carne do País. Entre 2001 e 2007, houve um crescimento de 181,1% no volume do produto brasileiro comercializado no mercado internacional (Gráfico 6).

A crescente atuação do Brasil no comércio internacional de carne bovina é emblemática. Apesar de o consumo no mundo se encontrar relativamente estagnado, o País vem aumentando sua participação em termos absolutos. Dessa forma, o desempenho brasileiro no mercado

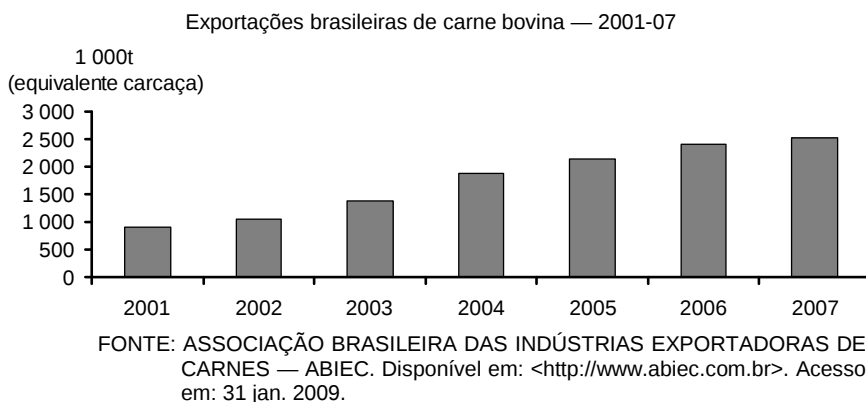
mundial tem evoluído e passa, sobretudo, pelo atendimento de exigências externas.

Gráfico 5



FONTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

Gráfico 6



Segundo Michels (2000), a questão sanitária possui relação histórica com o desenvolvimento da bovinocultura de corte brasileira, uma vez que identifica formas distintas da atividade e, mesmo, graus de controle diferenciados. A ocupação espacial brasileira, ao longo do processo de colonização, trouxe consigo os problemas sanitários — nesse caso, a febre aftosa. Sendo assim, a distribuição regional da pecuária no País está

estritamente ligada às formas de manifestação, controle e erradicação desta enfermidade.

O combate à febre aftosa no País, através de ações públicas e privadas (produtores), foi posto em prática em 1919, quando o Ministério da Agricultura, por meio de uma política normativa e fiscalizadora e do Código de Política Sanitária, adotou medidas contra a doença. Do início do século XIX até 1992, ocorreram diversas tentativas de controle da enfermidade. Nenhuma, entretanto, obteve êxito completo (alguns dos problemas enfrentados foram a grande dimensão do País e a opção pelo controle ao invés da erradicação).

Em 1992, o Ministério da Agricultura e Abastecimento e as Secretarias Estaduais de Agricultura, com a assessoria do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, fizeram mudanças estruturais nos encaminhamentos de combate à doença no Brasil. A partir dessa data, passou-se a priorizar a erradicação em vez do controle e, dada a complexidade e extensão territorial brasileira, definiu-se, entre os diversos agentes envolvidos, um cronograma e uma estratégia baseada no conceito de circuitos pecuários⁹.

A definição de regiões representou importância na medida em que essa configuração institucional atuou no desenvolvimento da bovinocultura de corte nacional, não se limitando às questões sanitárias, mas definindo a atividade e interferindo de forma direta sobre ela, ao permitir, restringir ou impedir totalmente o trânsito de animais, produtos e subprodutos, fato singular na história e geografia da pecuária brasileira, sempre caracterizada, ao longo de cinco séculos, pelo livre trânsito entre regiões (Michels; Sproesser; Mendonça, 2001, p. 45).

Portanto, se, no passado, as regionalizações se faziam pela mera ocupação de territórios, tendo como base o mercado interno e a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos, a partir dos anos 90 tal processo passou a levar em conta outras variáveis, em especial a sanidade animal e o risco de contaminação dos rebanhos bovinos.

Dessa maneira, é possível resumir que o recente incremento do desempenho produtor e exportador brasileiro se tornou função da adequação do rebanho às normas sanitárias internacionais¹⁰, da falha de

⁹ Um circuito é uma região produtora de bovinos na qual existam relações comerciais de bovinocultura e na qual a situação sanitária seja relativamente homogênea. Os critérios adotados para a conformação dos Circuitos Pecuários foram: similaridades técnicas de produção; trânsito de animais, produtos e subprodutos; estruturação dos sistemas estaduais de combate à febre aftosa; e número de casos registrados nos últimos anos. No total, o Brasil foi dividido em cinco circuitos: Sul, Centro-Oeste, Leste, Norte e Nordeste (BR, 1996).

¹⁰ Com o propósito de controlar ou mesmo erradicar doenças animais, transmissíveis ou não, conta-se hoje com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE - *Office International des Epizooties*). Esse organismo, vinculado à Organização Mundial de Comércio (OMC), trata dos aspectos de sanidade animal, classificando as enfermidades com base em sua

alguns países em atender a essas exigências (Argentina e Uruguai), do decréscimo produtivo em outros países (União Europeia), e da abertura de novos mercados (Rússia e China).

Os esforços continuados do País na eliminação de focos de febre aftosa contribuíram, efetivamente, para o avanço das exportações a partir do final da década de 90, inserindo o Brasil no mercado mundial da carne bovina e reestruturando a bovinocultura de corte nacional, atividade decisiva para a ocupação e o desenvolvimento do País.

Importa observar que as transformações recentes da bovinocultura de corte brasileira estão preponderantemente afeitas às questões sanitárias, mas não se restringem a elas. Além dos aspectos produtivos e dos recursos naturais disponíveis, as alterações envolvem as conjunturas macroeconômicas, desde o acesso de insumos importados, como a redução do processo inflacionário, a partir de 1994, que tornou mais transparentes os ganhos efetivamente operacionais da atividade pecuária.

No campo das transformações, cabe destacar ainda a reestruturação espacial que atingiu a atividade, com o deslocamento crescente das principais plantas industriais da Região Sudeste, e/ou parte delas, para as regiões produtoras, especialmente a Centro-Oeste. Nesse sentido, pode-se perceber um processo de concentração em âmbito nacional¹¹.

Nos dias atuais, mesmo com a produção do setor ainda voltada ao mercado interno (74,8% em 2007), as vendas do País para o mercado externo aumentaram de 901,1 mil toneladas para 2.532,2 mil toneladas, entre 2001 e 2007. Simultaneamente, a crescente preocupação com a segurança alimentar, por parte dos cidadãos e autoridades públicas no exterior, impulsionou novas exigências para toda a cadeia de alimentos. No Brasil, esse processo deu origem ao Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), instituído em 2002.

Destaca-se o fato de que, mesmo após a instituição do SISBOV, isto é, de um aumento em termos de exigências normativas para produção doméstica direcionada ao mercado internacional, continuou-se verificando uma gradativa expansão das exportações nacionais. Sustenta-se, assim, que tais exigências não se tratam de um procedimento de restrição

significância relativa socioeconômica ou de saúde pública. Segundo a entidade, a febre aftosa é uma enfermidade pertencente à lista A, ou seja, é uma doença transmissível com potencial de difusão muito rápido, da maior importância para o comércio internacional de animais e dos produtos de origem animal. Por isso, essa zoonose tem, por parte de órgãos e governos internacionais, prioridade de exclusão (sua presença acarreta o embargo das exportações).

¹¹ Em âmbito estadual, de acordo com dados do IBGE, os destaques ficam por conta de Mato Grosso (25,7 milhões de cabeças), Minas Gerais (22,6 milhões), Mato Grosso do Sul (21,8 milhões), Goiás (20,5 milhões) e Pará (15,3 milhões). Juntos, os cinco estados concentram, aproximadamente, 53% de todo o rebanho bovino no Brasil; 34,1% somente na Região Centro-Oeste.

comercial; ao contrário, encontram-se no cerne de um processo sistêmico, que visa preparar o mercado interno para o fornecimento de carne bovina ao centro da economia capitalista mundial.

5 Conclusões

Este artigo buscou demonstrar que a crescente demanda por alimentos seguros, aliada à questão sanitária, alterou a configuração da bovinocultura de corte mundial. Nesse contexto, o Brasil tornou-se destaque na produção e exportação de carne bovina, antes restringida ao mercado local, e se integrou de maneira mais efetiva no mercado internacional.

O tema foi discutido à luz da teoria do sistema-mundo. Essa abordagem supera a dicotomia fatores internos e fatores externos na explicação da dinâmica capitalista. Através de uma descrição histórica, os elementos foram analisados de forma interdependente, ao invés de se considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro.

Tais elementos foram relacionados à temática da bovinocultura, pois a inserção do Brasil na economia mundial, sobretudo a partir dos anos 90, situou-se em um novo cenário comercial, onde, especialmente no caso da carne bovina, emergiram padrões e agentes até então pouco expressivos, ou mesmo ausentes, mas que passaram a influenciar uma atividade fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, referências foram feitas à globalização como um fenômeno qualitativamente distinto do que se observou historicamente na economia mundial, mas claramente inserido dentro do conceito de sistema-mundo capitalista, enquanto intensificação do processo de relações econômicas e sociais entre os países e as cadeias de valor que os compõem.

Por esse motivo, a inserção mundial do Brasil, e especificamente da bovinocultura de corte, foi observada não sob a ótica do mercado local — de uma atividade que fincou raízes em uma história colonial e que até hoje preserva traços desse processo — mas, sim, de uma dinâmica nova e integracionista, que redefiniu ações e exigências.

Essa série de desencadeamentos provocou uma reestruturação produtiva baseada, principalmente, em aspectos econômicos e sanitários relativos ao trânsito de animais, produtos e subprodutos — fato singular na história da bovinocultura de corte brasileira, sempre caracterizada, ao longo dos séculos, pelo livre trânsito entre regiões. Essa forma de regionalização, aceita internacionalmente, foi decisiva para que o País aumentasse sua participação no mercado mundial da carne bovina, parte da economia-mundo capitalista.

Inseridas nesse âmbito, as demandas externas relacionadas à inocuidade alimentar, tais como a rastreabilidade bovina, não se tratam de procedimentos de restrição comercial, ao contrário, expressam um movimento que busca o atendimento de um mercado cada vez mais globalizado. No bojo desse processo, surgem normas do centro da economia-mundo capitalista, amparadas pelas instituições multilaterais e disseminadas por programas de qualidade coordenados pelas grandes redes varejistas desse centro. O Brasil, dadas as suas vantagens comparativas naturais e o satisfatório atendimento das exigências sanitárias internacionais, posiciona-se como um dos maiores produtores e exportadores de carne bovina no mundo.

Por fim, aponta-se como limitação o fato de que o presente artigo não levou em consideração a evolução dos preços internacionais da carne bovina, bem como a deflação dos mesmos para efeitos analíticos e comparativos. Recomendam-se, assim, pesquisas futuras capazes de contemplar a questão como forma de identificar, mais efetivamente, a situação brasileira no mercado internacional da carne bovina.

Referências

ABREU, Andréia de; HERRERA, Vânia Érica; TEIXEIRA, Márcio Antonio. Mercado mundial de carne bovina: participação brasileira e barreiras às exportações. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES — ABIEC. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

BECKER, Berta; EGLER, Cláudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: UFMS, 1999.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso — 1870 a 1930**. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Regionalização das ações para a erradicação da febre aftosa**. Brasília, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRUSSI, Antonio José Escobar. Do pequi à soja: expansão da agricultura e incorporação do Brasil central. **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, Niterói, n. 8, p. 77-104, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JANK, M. S. Rastreabilidade nos agronegócios. In: ZYLBERSTAJN, D.; SCARE, R. F. (Org.). **Gestão da qualidade no agribusiness — estudos e casos**. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHELS, Ido Luiz. **A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MICHELS, Ido Luiz; SPROESSER, Renato; MENDONÇA, Cláudio George. **Cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Oeste, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE — OMS. **Infections control guidelines for transmissible spongiform encephalopathies**. Geneva: WHO, 1999.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Valquiria da; AMARAL, Ana Maria Pereira. Segurança alimentar, comércio internacional e segurança sanitária. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 38-45, jun. 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista e los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. 5. ed. Madrid: Siglo Veintiuno, 1989.